

## **Pela afirmação da importância da Filosofia no Ensino Médio brasileiro**

**RENATO NUNES BITTENCOURT\***

### **Resumo**

A proposta deste artigo consiste em demonstrar os benefícios que o ensino de Filosofia para jovens pode ofertar na formação cultural destes, concedendo-lhes instrumentos para que venham a desenvolver uma postura crítica perante a realidade e a ordem social vigente. Pretende-se argumentar que o ato de filosofar, em sua essência, não é exclusividade de uma classe de seres humanos amadurecidos, conforme alguns núcleos conservadores do pensamento filosófico tendem a considerar, demonstrando assim uma visão de mundo conservadora e insensível aos problemas educacionais que afligem a cultura nacional.

**Palavras-Chave:** Filosofia; Autonomia; Criticidade; Complexidade; Tecnocracia.



\* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor da FACC-UFRJ.



## Introdução

Em uma sociedade de orientação ideológica tecnocrática e moralmente conservadora como a brasileira, a presença da atividade filosófica, quando exercida com dignidade profissional e compromisso intelectual, sempre causa desconforto nas camadas reacionárias contradições estruturais vigentes na organização social. Eis assim o papel cáustico da Filosofia, dissolver as bases irrefletidas de nosso modo de viver e nas suas manifestações sociais, culturais e políticas. Contudo, filosofar não raro é nadar contra a maré, pois aonde a atividade filosófica exerce sua reflexão radical, a massificação degradante da obtusidade humana, presente em diversos segmentos sociais, não poupa esforços em aviltar contra a dignidade da Filosofia. Os filisteus incrustados no jornalismo fazem da Filosofia um pacote de aforismos de fácil assimilação, e quando convocam os filósofos para intervenções midiáticas, comumente simplificam seus discursos para o agrado dos consumidores de informações. Em muitas instituições de ensino a Filosofia só está lá presente por exigências pedagógicas dos currículos, e muitos dos seus burocratas e estudantes intelectualmente embotados não reconhecem no discurso filosófico uma possibilidade de abertura de consciência para as reflexões críticas acerca da vida humana em sua interação com o mundo concreto. Porém, apesar das adversidades, a atividade filosófica

no Brasil encontra razoável respaldo editorial, de modo que paulatinamente se amplia o público leitor de textos filosóficos, independentemente de haver ou não uma orientação de estudos, pois a autonomia é um dos crivos filosóficos, e cabe ao próprio sujeito desenvolver tal capacidade em suas reflexões intelectuais. Outra circunstância digna de nota reside na virtualização da comunicação: apesar do grande número de imbecilidades divulgadas a cada minuto na Internet, há também uma significativa presença de intelectuais exprimindo suas ideias nas redes, fazendo assim uso público da razão em uma nova gestão da ágora humana. Filosofar é uma constante experiência agônica, e quem adentrou nessa seara não pode esperar facilidades. Decorre um estímulo ainda maior para que sempre a filosofia se manifeste como a má consciência do tempo vigente.

## Brevíssimo resumo da história do ensino de Filosofia no Brasil

Ao longo da história da educação brasileira, podemos constatar que o ensino de Filosofia esteve pautado sempre na sua adequação intelectual com os interesses de uma instrumental que retirava sua radicalidade crítica em favor da ordem vigente.

Durante o período Colonial, o ensino era marcado pela influência dos jesuítas, e os conteúdos de Filosofia eram direcionados para o estudo de autores cujas obras permitiam a manutenção da

dogmática cristã, como, por exemplo, a leitura de textos de pensadores clássicos como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino e, dentre os pensadores lusófonos, Padre Antonio Vieira (seus belíssimos *Sermões*) e Matias Aires (*Reflexões sobre a vaidade dos homens*). As questões de cunho moral (justa condução da vida humana, a natureza do Bem, a relação entre o homem e Deus, dentre outros eixos) eram privilegiadas. Tais discursos chancelavam o poder das elites coloniais como orientações espirituais para sua dominação política e social nas atividades produtivas do período.

No período imperial surge a primeira grande tentativa política de tornar o Brasil, emancipado do jugo português, como uma nação em progresso cultural e social, por parte da intelligentsia esclarecida, não obstante as pressões contrárias das elites oligárquicas, avessas a toda mudança na ordem econômica, escravocrata. O Oitocentismo brasileiro apresentou grande efervescência intelectual, não apenas na produção literária e jornalística, mas também na atividade filosófica, ainda que esta se mantivesse atrelada aos ditames europeus (kantismo, idealismo alemão, romantismo, ecletismo, positivismo).

Com o advento da República e a partir subsequente reforma educacional de cunho positivista realizada por Benjamin Constant, concedia-se extrema importância aos conteúdos de Lógica em detrimento do estudo da Metafísica, uma vez que os representantes desta corrente pretendiam formar uma classe de técnicos habilitados para o desempenho de funções especializadas em nome do progresso racional da ordem republicana. A reforma positivista considerava retrógrada para a nova

situação do Brasil o estudo de conteúdos que supostamente não fossem direcionadas para a análise de fatos concretos. Nada de se perder tempo com abstrações quiméricas.

Durante os conturbados anos da Ditadura Militar (1964-1985), o ensino de Filosofia foi distorcido pela criação da disciplina **Educação Moral e Cívica**, idealizada pelos educadores-tecnocratas vinculados ao regime militar com o objetivo de introduzir nas mentes dos jovens um conjunto de conteúdos normativos, para que a juventude brasileira viesse a adequar sua conduta de acordo com os interesses do poder estabelecido, marcado pela repressão a qualquer tipo de comportamento ou ideia crítica que contestasse a repugnante ordem vigente. Os estudantes recebiam uma série de conteúdos desta filosofia mascarada em ideologia, caracterizada pelo velamento das contradições fundamentais de nossa organização política e pela valorização do ufanismo, pelo respeito às ditas estruturas tradicionais da sociedade (família biparental, religião cristã dogmatizada) e ainda por induzir aos jovens a adoção de uma visão de mundo alienada da realidade, como maneira de se impedir quaisquer manifestações de discordância em relação ao regime instituído, pretendendo conduzir a juventude brasileira a agir e a pensar como animais de rebanho do Estado autoritário vigente.

Encerrado este breve panorama acerca da história do ensino de Filosofia nas instituições educacionais no Brasil, cabe agora voltarmos nosso olhar ao momento presente, com a finalidade de refletir a atual situação do ensino da Filosofia em nossas instituições educacionais.

## Ensino de Filosofia no Brasil: novos tempos?

Atualmente, ampliam-se progressivamente as perspectivas para o estudo de Filosofia no Brasil, apesar de ainda existir uma desvalorização profissional dos professores e pesquisadores de Filosofia por parte de núcleos obscurantistas de nossa própria sociedade que, limitada a seu senso comum, tende a considerar o pensamento filosófico como difícil, obscuro, vago e de pouca utilidade prática em uma ordem sociopolítica imediatista e tecnocrática em suas relações de produção. Alejandro Cerletti e Walter Kohan esmiúçam essa ideologia da glorificação da irreflexão:

O pensar sistemático, a reflexão analítica ou a mera justificativa do que se afirma têm, atualmente, e sobretudo na escola, algo de desvalorizado e arcaico. O espaço do pensamento foi substituído por um espaço comum da mídia, produtora de usuários dóceis e espectadores passivos [...] Que sentido tem hoje complicar a vida quando tudo nos é oferecido de forma direta e espetacular? O impacto imediato da imagem torna obsoleta e aborrecida a intervenção imediata da reflexão. E, o que é pior, tudo que não tenha um lucro imediato termina sendo uma irremediável perda de tempo (CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 45-46).

Em uma sociedade que atualmente se caracteriza pelo reacionarismo contra todo tipo de progresso cultural, pela vulgaridade de seu gosto estético e pelo esgotamento de seu senso crítico, considero que não apenas o pensamento filosófico, mas também quaisquer outros modos de exercício do pensamento autônomo correm o risco de estagnação. Em uma forma de vida na qual é mais reproduzir do que pensar

e na qual a Mídia Corporativa é um poder informador e manipulador das consciências, pois não promove a autonomia que favorece a aquisição do conhecimento. Conforme argumenta Edgar Morin,

A Filosofia não é uma disciplina, mas uma força de interrogação e de reflexão dirigida não apenas aos conhecimentos e à condição humana, mas também aos grandes problemas da vida. Nesse sentido, o filósofo deveria estimular, em tudo, a aptidão crítica e a autocrítica, insubstituíveis fermentos da lucidez, e exortar à compreensão humana, tarefa fundamental da cultura (MORIN, 2002, p. 54).

Infelizmente, a grande parcela dos estudantes brasileiros não tem a oportunidade de entrar em contato com um estudo sistemático e de efetiva qualidade de Filosofia no Ensino Médio, o que poderia favorecer a formação do pensamento autônomo, consciente, na sociedade brasileira, em longo prazo, no diálogo crítico com os demais discursos pedagógicos, em vista da religação orgânica dos saberes. Edgar Morin salienta ainda que

A Filosofia deve contribuir eminentemente para o desenvolvimento do espírito problematizador. A Filosofia é, acima de tudo, uma força de interrogação e de reflexão, dirigida para os grandes problemas do conhecimento e da condição humana [...] Também o professor de Filosofia, na condução do seu ensino, deveria estender seu poder de reflexão aos conhecimentos científicos, bem como à literatura e à poesia, alimentando-se ao mesmo tempo de ciência e de literatura (MORIN, 2002, p. 23).

Em diversas circunstâncias, o estudo de Filosofia é realizado de acordo com a metodologia de instituições pedagógicas

pautadas na valorização do ensino marcado pelo tecnicismo, desvinculado da proposta de se desenvolver sujeitos críticos, preparados efetivamente para o exercício da cidadania plena em uma ordem social fragmentada, da conscientização política e da autorrealização pessoal. Formatam-se estudantes submetidos a um modelo educacional que não propõe a construção do jovem como ser consciente do seu poder de transformação da realidade, mas como mero instrumento orgânico que possa estar preparado o quanto antes para o mercado de trabalho precário e flexível próprio da dinâmica capitalista em seu modelo neoliberal. Consequentemente, muitos jovens receberam um ensino de Filosofia pedagogicamente fragmentado em seus conteúdos e atividades didáticas, ocasionado, geralmente, não pelo despreparo intelectual do professor, mas pela desvalorização de um projeto cultural que preconize o ensino reflexivo nas escolas, além da própria perda dos tempos semanais de aula em prol da satisfação de interesses departamentais imputados como mais poderosos nas secretarias de ensino. Afinal, é muito difícil que se realize um trabalho filosófico de qualidade quando se escasseia a quantidade de horas semanais de aula de uma disciplina que requer debate, análise, reflexão, circunstâncias que exigem outras formas de percepção e de relação com o tempo cronológico.

Porém, é admirável que, apesar da referida situação adversa, muitos jovens se sentem instigados a adquirir ferramentas que venham a estimular a reflexão, a crítica e a autonomia do pensamento contra o modelo educacional que reflete a decadência cultural de nossa sociedade, desinteressada em questionar o seu conjunto de valores, suas ideologias

fundamentais, em prol da apreensão passiva de conhecimentos produzidos pelos meios de comunicação de massa, geralmente vazios de conteúdo, favorecendo o desenvolvimento de uma **filodoxia**, um falso saber pautado na análise superficial de ideias, conceitos, acontecimentos, eventos, fatos ou ações, disposição regida pelas opiniões preconcebidas, pelos estereótipos, e não de uma filosofia, sempre questionadora, jamais satisfeita com as respostas obtidas.<sup>1</sup>

Portanto, um dos grandes sintomas da estagnação de nossas instituições de ensino reside na extrema valorização concedida aos conhecimentos técnicos, direcionados para o saber-fazer utilitário, em detrimento da formação do estudante como pessoa cultivada no pleno conhecimento da situação histórico-política do Brasil e do mundo, na apreciação estética, no hábito da leitura de textos dos nossos grandes autores, no domínio do uso da Língua Portuguesa (criação de textos coesos e coerentes, capacidade de argumentação, conhecimento das possibilidades gramaticais), na reflexão e na autonomia do pensar.

### **A Filosofia e sua relação com as demais disciplinas**

A crítica que faço ao espírito tecnocrático não pretende de modo algum negar a importância intelectual de disciplinas como Matemática, Física ou Química na formação educacional do estudante. Considero, no entanto, que é e grande pertinência pedagógica que se questione a sobrecarga de informações recebidas dessas disciplinas pelo estudante nos seus anos de aprendizado colegial. É imprescindível ressaltar que o ensino dessas disciplinas é

<sup>1</sup> Platão, no passo 480a de **A República**, apresenta a distinção epistêmica e ontológica entre filosofia e filodoxia.

imprescindível para o desenvolvimento intelectual do estudante em suas aptidões lógicas e científicas, mas que, em decorrência do modelo tecnocrático que vigora nas instituições de ensino adequadas aos critérios mercadológicos, podem ser absolutamente malélicas para a formação educacional do discente, uma vez que tais disciplinas perderam o vínculo com as suas origens filosóficas, caracterizando assim o empobrecimento dos seus conteúdos, visto que os seus fundamentos epistêmicos foram olvidados ou rejeitados pelas estruturas curriculares, preconizando-se somente os efeitos desses saberes, e não as causas – ou seja, as origens desses saberes, o raciocínio que conduziu o autor a realizar suas descobertas, seu contexto cultural, histórico, econômico. Para Edgar Morin,

Os grandes problemas humanos desaparecem, em benefício dos problemas técnicos particulares. A incapacidade de organizar o saber disperso e compartimentado conduz à atrofia da disposição mental natural de contextualizar e de globalizar [...] A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional. É uma inteligência míope que acaba por ser normalmente cega (MORIN, 2011b, p. 39; p. 40).

Por conseguinte, um grande avanço para o desenvolvimento do saber humanístico ocorreria se houvesse a diminuição da carga horária de Matemática, Física e Química das grades curriculares e uma melhor distribuição desse tempo entre as disciplinas de Filosofia, História, Sociologia, Geografia e Língua Portuguesa (com mais dedicação ao

estudo de literatura e prática de redação do que à gramática).

Essa necessidade de mudança de orientação pedagógica decorre do problema de que a metodologia da Matemática, Física e Química que são ensinados em grande parte das escolas brasileiras não pretendem estimular a formação de um estudante que tenha a possibilidade de compreender como se desenvolveram originalmente esses conhecimentos, mas meramente a se fixarem nos aspectos superficiais destes conteúdos adquiridos, motivando no estudante não o desenvolvimento das capacidades ativas do pensamento, como a reflexão, a dedução e a indução, mas a mera repetição de fórmulas prontas, em um processo pedagógico no qual o estudante raramente é estimulado a desenvolver a capacidade de compreensão do processo de instauração do saber que conduziu pensadores como Leibniz ou Newton – para citar dois grandes pensadores – a realizarem suas descobertas no campo da Matemática e da Física, por exemplo. Nesse modelo, é transmitido aos estudantes um mero conhecimento fragmentado, parcial, que não se propõe a investigar os fundamentos e origens de determinada fórmula ou descoberta científica, permanecendo atrelado aos seus efeitos e sua aplicação prática.

Muitas destas disciplinas ditas exatas, que saturam as estruturas curriculares, são geralmente estudadas pelos educandos motivados por um sentimento de obrigação, tendo em vista a realização imediata de objetivos, como a aprovação ao fim do ano letivo ou à admissão nos exames de admissão nos cursos superiores. O engessamento do sistema educacional brasileiro não permite, por essa adequação a fins a que ela se propõe, a capacidade de estimular o estudante ao pensar autônomo, mas

meramente a inserir conteúdos que brevemente serão esquecidos pelo fato de serem apreendidos pelos estudantes como uma absoluta necessidade para que se conquiste o objetivo almejado. A consciência do estudante se transforma em uma espécie de esponja, que retém momentaneamente, mas em seguida perde grande parte dos conteúdos absorvidos.

No entanto, a situação do ensino de Filosofia no Brasil, em determinadas circunstâncias, pode padecer do mesmo mal quando se pauta na transmissão de conteúdos fechados, conduzindo o estudante à impossibilidade de questionamento e ao ato de “dialogar” com o pensamento do autor, mas simplesmente tornando-o repetidor de conhecimentos prontos, que não estabelecem o processo de formação de novos conceitos. Adota-se em diversas instituições a leitura não problematizada do autor abordado, método de estudo que se caracteriza por não estimular a criação de novas interpretações, tendência que pode prejudicar o ensino de Filosofia consistente, uma vez que a didática filosófica de qualidade deve propor o questionamento, a autonomia intelectual do estudante e o debate organizado de ideias entre docentes e discentes.

Essa situação decorre certamente do problema detectado nesta pesquisa, que é a supressão do espaço de questionamento das escolas em prol do acúmulo de conteúdos didáticos tendo em vista o cumprimento de parâmetros curriculares. O professor de Filosofia, devido ao curto espaço de tempo que lhe é outorgado no plano de curso em sua instituição de ensino, dificilmente consegue desenvolver um trabalho satisfatório com seus estudantes, motivando uma frustração pelo sentimento de se ver coagido a adotar

uma metodologia de ensino que avilta as suas capacidades de educador.<sup>2</sup>

Creio que os conteúdos do ensino de Filosofia a ser praticado nas escolas, quando questionados e debatidos através da argumentação crítica e da participação efetiva de estudantes e professores na sala de aula, enriquecerá o grau de conhecimento de ambas as partes. Podemos considerar intelectualmente pertinentes tanto o ensino de História da Filosofia como a análise de questões filosóficas extemporâneas, desde que o professor, ao adotar qualquer uma dessas tendências didáticas, procure desenvolver o diálogo crítico e a formação de novas visões e leituras acerca do texto abordado.

#### **Da obrigatoriedade do ensino Filosofia no Ensino Médio**

A partir da lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, determinava-se novamente a obrigatoriedade do ensino de Filosofia no Ensino Médio brasileiro. Porém, as ambigüidades geradas em torno dessa lei acabaram por não garantir na época a efetivação do almejado ensino de Filosofia nas escolas brasileiras de maneira universal e irrestrita.<sup>3</sup>

Depois da mobilização de um grupo de professores engajados no ideal de que se fizesse valer a aplicação dessa lei – tendo em vista a extensão irrestrita das atividades filosóficas de Ensino Médio

<sup>2</sup> Tanto no sistema público como no sistema privado de ensino, a única instituição que honra convenientemente o papel da Filosofia como uma disciplina dotada de um projeto pedagógico efetivamente formativo é o Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), instituição cujo departamento de Filosofia possui um renomado quadro docente de professores efetivos e temporários, e cuja disciplina é convenientemente contemplada nas três séries do Ensino Médio.

<sup>3</sup> Para o estudo dessa questão, a leitura de ALVES, 2002, é de grande pertinência.

em todo o Brasil, pela valorização do pensamento e da formação de uma geração de estudantes dotados de senso crítico e capacitados de pensar com autonomia – o tema da presença da Filosofia no Ensino Médio voltou novamente a ser debatido no meio educacional brasileiro, movimento que se enriqueceu com o apoio de alguns filósofos acadêmicos de renome que demonstram uma postura favorável ao ensino de Filosofia para jovens. Como demonstra, por exemplo, a “Carta de Piracicaba”, redigida no Congresso Nacional dos Professores de Filosofia, em Piracicaba, Estado de São Paulo, em novembro de 2000.<sup>4</sup>

No entanto, alguns núcleos conservadores do pensamento filosófico brasileiro, por representarem uma perspectiva reacionária em relação às mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas que a sociedade brasileira atualmente vive, demonstraram efusivamente um parecer contrário ao retorno da Filosofia nas turmas de Ensino Médio, inclusive depreciando a atividade dos docentes que lecionam para as classes colegiais, imputados por esses elitistas como profissionalmente inferiores.

Tal posicionamento ideológico deve-se ao fato de que estes núcleos consideram a Filosofia uma modalidade de estudo que deve ser estendida a poucos indivíduos, pretendendo outorgar a exclusividade de uma minoria intelectual que deteria o saber filosófico oficial. Trata-se de uma perspectiva nitidamente elitista, na qual se considera que uma seleta classe social estaria apta a pensar filosoficamente e assim se tornar uma espécie de membro da elite ideológica condutora das

consciências alienadas da opinião pública; mais ainda, isola o discurso filosófico do debate sociopolítico, imputando ao ofício filosófico um caráter dissociado dos problemas concretos da vida humana. Os malefícios dessa concepção residem nos efeitos que essa medida manifesta na vida do estudante, que tenderia a permanecer inserido no plano de estudo que preconiza a sua preparação para o mercado de trabalho, desfavorecendo o exercício das habilidades críticas e do questionamento, submetendo os estudantes aos grilhões da heteronomia e da inautenticidade, pois a autonomia e a autenticidade são desenvolvidas a partir do momento em que o ser humano adota um posicionamento crítico no ato de pensar. Evidentemente, o indivíduo pode sofrer influências de terceiros na consolidação de sua visão de mundo, no entanto, ser influenciado por alguém é uma situação totalmente diferente da alienação que surge no momento em que o indivíduo abdica do seu direito de pensar em prol da aceitação passiva da ideia de outrem. Segundo Paulo Freire,

A sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir. Um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, não é responsável. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios. Por isso vive uma realidade imaginária e não a sua própria realidade objetiva (FREIRE, 1983, p. 35).

Não é de se estranhar, assim, que os filósofos acadêmicos contrários ao ensino de Filosofia para os estudantes colegiais sejam ideólogos defensores dos interesses tecnocráticos do empreendimento industrial-burguês, ávidos por mão-de-obra bem treinada

<sup>4</sup> Tal documento encontra-se em anexo no livro organizado por CORNELLI, DANELON E GALLO, 2003, p. 189-190.

nos ofícios técnicos, mas desprovida de consciência crítica.

Um argumento muito conhecido pelos segmentos conservadores contrários à implantação da Filosofia no Ensino Médio reside no discurso de que o pensamento filosófico se caracteriza por uma complexidade e abstração na qual os jovens adolescentes não seriam capazes de compreender, devido a um estado de imaturidade intelectual. Essa corrente conservadora vincula o pensamento filosófico a uma era de maturidade, de maioridade, na qual somente o homem que atinge a idade adulta, sendo desenvolvido intelectualmente e fisicamente, poderia participar.

Tal afirmação certamente merece ser refletida. Uma vez que o pensamento filosófico consiste na sistematização de um conjunto de saberes críticos, permitindo o desenvolvimento do questionamento, da reflexão, da apreciação estética do ser humano, na conscientização do indivíduo, por que existem grupos de filósofos que manifestam uma postura contrária ao ensino de Filosofia para jovens? Nessas condições, o cerne da questão proposta não trata evidentemente de se afirmar, tão somente, uma suposta inexistência da capacidade de pensar e de refletir sobre temas abstratos na constituição mental dos jovens, decorrentes também de uma suposta imaturidade. O argumento utilizado pelas vertentes contrárias ao ensino de Filosofia no Ensino Médio se evidencia como falacioso, pois, sob a depreciação dos potenciais cognitivos dos jovens, mascara na verdade um ideal de obscurantismo nas instituições que abrangem tal nível de ensino. De uma maneira geral, o sistema educacional brasileiro se propõe a formar estudantes tendo em vista não o incentivo à

reflexão e ao pensamento crítico, mas à submissão a uma normatividade pedagógica que tende sempre a nivelar pela mediocridade os jovens estudantes, tornando-os conformistas e devotos da ordem do mercado, o grande soberano do regime capitalista. Conforme aponta Jayme Paviani,

A redução do saber e da experiência do mundo ao simples conhecimento controlado e estratificado tende a eliminar a realidade cultural do estudante em favor de uma cultura imposta (PAVIANI, 1987, p.49).

Estes discentes, para que sejam aceitos nas instituições de ensino, devem se despojar de suas visões de mundo, de suas perspectivas axiológicas, das suas diferenças culturais, para que sejam subjugados por um modelo educacional caracterizado por não valorizar a criatividade pessoal, mas por promover, através de uma série de recursos coercitivos, a submissão dos estudantes a regras externas a seu modo de ser e uma cega adequação a fins, tais como a aprovação ao término do ano letivo ou a aprovação nos exames do vestibular. Pretendem que no futuro o estudante venha a se tornar um indivíduo de caráter meramente pragmático, que deve sempre agir no mundo tendo em vista a efetivação de objetivos imediatos. Ainda é número reduzido a quantidade de escolas brasileiras que adotam uma metodologia pedagógica que proponha a formação intelectual do indivíduo como um ser pensante, autônomo, pois as burocracias das secretarias de ensino se preocupam em especial com dados estatísticos, metas quantitativas, tratando assim o estudante como gado. Mesmo o famigerado sistema de aprovação automática amplia a decadência cultural do processo formativo dos jovens, pois se decreta a impossibilidade técnica do exercício de

um cultivo conveniente das aptidões intelectuais dos estudantes, desvirtuando-se assim toda possibilidade de amadurecimento do estudante pelos processos pedagógicos.

Portanto, os grupos de filósofos acadêmicos contrários ao ensino de Filosofia para jovens certamente compactuam com essa perspectiva educacional que não pretende formar seres conscientes e autônomos, mas simplesmente peças de uma engrenagem social, pessoas preparadas para um mercado de trabalho cada vez mais exigente da especialização técnica dos indivíduos, mas completamente reificados pela lógica embrutecedora da desumanização do pensamento.

#### **A Filosofia como exercício de criatividade**

Retomando a questão da polêmica suscitada acerca do ensino de Filosofia para jovens e pela preconceituosa afirmação de que estes não teriam recursos intelectuais para compreender os conteúdos filosóficos, pretendo, neste passo, adotar uma perspectiva antagônica em relação a essa visão conservadora, que, em suma, não se compromete com a melhoria da qualidade da educação oferecida aos estudantes do Ensino Médio, dirigindo sua atenção somente aos interesses de pesquisa acadêmica e com o vínculo a órgãos que propiciam apoio técnico ao desenvolvimento de seus estudos.

Para tal fim, utilizo o pensamento de Friedrich Nietzsche como suporte para a ideia que neste momento se desenvolve. Em seu *Assim falou Zaratustra*, Nietzsche expõe o célebre discurso acerca das três metamorfoses do espírito, alegoria que se utiliza das figuras do camelo, do leão e da criança para narrar simbolicamente as três etapas de formação do homem criador

de novos valores. O filósofo versa simbolicamente acerca da transição do espírito humano que se assemelharia ao camelo, que transporta consigo o fardo de toda uma tradição cultural, sem que, no entanto, consiga criar um novo pensamento com a herança intelectual que possui, e o homem que é capaz de consumir o peso cultural da tradição, mas sem necessariamente criar algo novo a partir de si, sem portar ainda em seu ser o sentimento de descoberta de uma miríade de visões acerca da realidade. A metamorfose mais significativa ocorre quando o leão se transforma em criança, pois, de acordo com Nietzsche,

Inocência é a criança, e esquecimento; um novo começar, um jogo, uma roda a girar por si própria, um primeiro movimento, um sagrado dizer-sim. Sim, para o jogo da criação, meus irmãos, é preciso um sagrado dizer-sim: o espírito quer agora sua vontade, o perdido para o mundo conquista seu mundo (NIETZSCHE, 2011, p. 28-29).

A juventude é uma etapa da vida humana caracterizada pelo anseio de se descobrir a ordem de um mundo que progressivamente produz mais informações, um mundo repleto de mistérios a ser desvelado pela investigação de um pensamento que ainda se desenvolve, que se descobre a cada momento. A criança, com o seu olhar afirmativo que busca a compreensão da realidade, sem portar ainda uma formação intelectual preenchida pela tradição cultural, precisa realizar um diálogo com um gênero de saber que, de algum meio, permitir-lhe-á não encontrar todas as respostas para suas indagações, mas receber um estímulo que sustente seus pensamentos sobre as questões que concernem ao mundo e que permita o

desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, com a formação do senso crítico e singularizado.

Se um dos grandes males de nossa sociedade contemporânea reside na perda do interesse de muitos indivíduos em adquirir uma formação cultural sólida, devido ao poder hegemônico, nos tempos atuais, de uma falsa cultura submetida ao crivo do mercado que norteia as atividades sociais, orientações profissionais, padrões estéticos etc., seria um grande contrassenso se excluir do jovem a possibilidade de empreender uma interação crítica, um diálogo engendradora, com um conjunto de conhecimentos que certamente enriquecerão a formação de seu pensamento – a Filosofia – em seu compromisso de formar um ser humano pensante, questionador, constituído de instrumentos que lhe permitam pensar e agir criticamente, para além da inautenticidade dos tempos atuais e sua inerente alienação global.

### **Considerações finais**

Em uma sociedade que se caracteriza pela velocidade e superficialidade de suas relações, pela crônica alegação de falta de tempo para a reflexão das ações, a substituição de um pensamento consistente e bem estruturado por uma ideologia apregoada pelo senso comum e por um conjunto de conhecimentos parciais, fragmentados e superficiais, despejados pela mídia no cotidiano por seus meios de comunicação, tende a estagnar toda uma vida em sociedade na qual, virtualmente, seus membros constituintes teriam a capacidade de desenvolver grandes obras no plano da cultura e desenvolver meios que auxiliem na compreensão do mundo e da própria existência, a partir de um salutar esforço de pensamento. No entanto, nossa situação atual tender a demonstrar o contrário, pois o que se

constata é a supressão do bom gosto e da visão crítica de mundo em prol da mediocridade e da superficialidade das informações.

A partir do momento em que se retira de um jovem a possibilidade de se desenvolver o seu senso crítico, nossa sociedade estará somente favorecendo a formação de uma cultura de rebanho, de indivíduos caracteristicamente amorfos e anônimos, incapazes de criarem obras que engrandecem o seu momento histórico ou mesmo de adotarem uma postura ativa, consciente, no decorrer de suas existências. Não se pode permitir docilmente que a autonomia do pensamento e o senso crítico sejam substituídos em nossas vidas por uma máquina informativa que não possibilita ou incentiva a reflexão em prol da criação, mas somente a repetição de conteúdos alienantes e a subsequente imposição de um padrão estético que não promove o refinamento intelectual do indivíduo, mas somente a vulgarização da própria condição humana em sua dissolução reificada na tecnocracia vigente.

A atividade filosófica, portanto, é um meio que pode proporcionar uma experiência de vida que venha a auxiliar o ser humano no processo de desenvolvimento do autoconhecimento, dos seus limites existenciais, da sua percepção da dinâmica política da ordem social, dos seus potenciais criativos, auxiliando assim no processo de descoberta de si mesmo, ou seja, para que se transforme em criação um conjunto de forças que se reúnem no âmago do indivíduo e que se manifestam externamente quando o homem se descobre e se conquista a si próprio através da interação autônoma com o mundo concreto. É possível vislumbrar a possibilidade de mudanças na presente situação. Pode-se constatar

o aumento de interesse demonstrado por parte dos vestibulandos em ingressar nos cursos de graduação de Filosofia, prova do anseio de uma quantidade cada vez maior de jovens em se posicionar criticamente perante as questões concernentes ao existir e a situação do ser humano diante das contradições do mundo contemporâneo. O ensino de Filosofia para jovens é de suma importância e pertinência para o progresso da Educação brasileira, e a lei que determina o ensino de Filosofia deve ser aplicada efetivamente, em nome da melhoria na qualidade de ensino no Brasil, tendo em vista a criação de novos valores e do espírito de transformação que nossa cultura necessita viver.

### Referências

- ALVES, Dalton José. **A Filosofia no Ensino Médio: ambigüidades e contradições na LDB**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- CERLETTI, Alejandro & KOHAN, Walter. **A Filosofia no Ensino Médio**. Trad. de Norma Guimarães Azeredo. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- CORNELLI, Gabriele, DANELON, Márcio & GALLO, Sílvio (org.) **Filosofia do Ensino de Filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PLATÃO. **A República**. Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.